



Ministério dos Direitos Humanos

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE

Edifício Parque Cidade Corporate, SCS B, Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º Andar -

CEP: 70308-200 Brasília – DF – Fone: (61) 2027-3245 / 2027-3219 - E-mail:

conade@sdh.gov.br.

ATA DA CENTÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

1 **Do décimo quinto dia ao décimo sexto dia do mês de fevereiro do ano de dois**
2 **mil e dezessete**, realizou-se a centésima oitava reunião ordinária do Conselho
3 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília, Distrito Federal.

4

5 **Data: 15/02/2017 - Manhã**

6 **Presença dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil.**

7 Da Federação Nacional das Apaes; o Titular Adinilson Marins dos Santos; o
8 suplente Erivaldo Fernandes Neto; da Confederação Nacional do Comercio de
9 Bens, Serviços e Turismo; o suplente Fernando César Thiago de Mello; da Central
10 Única dos Trabalhadores; a titular Anaíldes Campos Sena; a suplente José Roberto
11 Santana da Silva; dos Conselhos Municipais; o titular Antônio Muniz da Silva; o
12 suplente Fernando da Silva; da Associação Nacional dos Membros do Ministério
13 Público de Defesa dos Idosos e Pessoas com Deficiência; a titular Ariadne Clarissa
14 Klein Sartori; da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos ; a
15 titular Carmem Lúcia Lopes Fogaça; da Organização Nacional de Cegos do Brasil;
16 o titular Clóvis Alberto Pereira; Federação Nacional de Educação e Integração de
17 Surdos; o titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha; o Suplente Filipe Trigueiro
18 Xavier Correia; dos Conselhos Estaduais; o titular Francisco Jacinto Araújo da
19 Silva ; da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; a Suplente
20 Ana Cláudia Mendes de Figueiredo; da Confederação Brasileira de Desporto de
21 Deficientes Visuais; o titular José Antônio Ferreira Freire ; da Ordem dos
22 Advogados do Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; do Movimento de
23 Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase; a titular Lucimar Batista da
24 Costa; da Associação Brasileira da Rugby em Cadeiras de Rodas; o titular Luiz
25 Cláudio Alves Pereira; da Casa Civil da Presidência da Republica; o suplente José
26 Ângelo de Carvalho Couto Neto; da Federação Nacional das Associações
27 Pestalozzi; o titular Marco Antônio de Castilho Carneiro; da Associação Brasileira
28 de Autismo; a titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; do Conselho Federal e
29 Engenharia e Agronomia; o titular Osvaldo Luiz Valinote; da Associação de Pais e

30 Amigos de Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e
31 Comunidade; o titular Roberto Paulo do Valé Tiné; o suplente Francisco Djalma de
32 Oliveira; Associação Brasileira de Ostomizados; o titular Rubens Gil Júnior; a
33 suplente Ana Paula Batista Soledade; da Federação das Associações de Renais e
34 Transplantados do Brasil; o titular Sérgio Lindoso Bauman das Neves
35 Pietroloungo; o suplente João Adilberto P. Xavier; da Associação dos Familiares,
36 Amigos e Portadores de Doenças Graves; o titular Wilson Roberto Gomiero;

37

38 **Presença dos (as) Conselheiros (as) do Governo.**

39 Do Ministério da Previdência Social; a titular Avelina Alves Lima Neta; do
40 Ministério do Esporte, o titular Claudio Luiz pinheiro da Silva; do Ministério das
41 Cidades; a Suplente Carolina Moreira Barbosa Brito; do Ministério das Relações
42 Exteriores; a suplente Laura Berdine Santos Delamonica; do Ministério do
43 Trabalho; a titular Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; do Ministério do
44 Turismo; a titular Isabel Cristina da Silva Barmasque; do Ministério da Justiça e
45 Segurança Pública; a titular Livia Maria de Andrade Pinheiro; do Ministério dos
46 Direitos Humanos; o titular Moisés Bauer Luiz; do Ministério do Desenvolvimento
47 Social e Agrário; a titular Niusarete Margarida de Lima; o suplente Wallace Dias
48 Freitas; do Ministério da Educação; a titular Patrícia Neves Raposo; o suplente
49 José Rafael Miranda; do Ministério da Cultura; a titular Sandra Cipriano Chaves; a
50 suplente Gabriela Caetano Boaventura Sampiere; Ministério da Ciência,
51 Tecnologia, Inovações e Comunicações; a suplente Gianine Portela Parizocto.

52

53 Ao início da reunião, o mestre de Cerimônia deu as boas-vindas a todos e todas e
54 fez uma breve leitura sobre o Conselho Nacional Dos Direitos da Pessoa Com
55 Deficiência (CONADE), e convidou para compor a mesa a Senhora
56 Desembargadora Luislinda Dias de Valois Santos, Ministra de Estado dos Direitos
57 Humanos; o Senhor Moisés Bauer Luiz, Secretário Especial Dos Direitos da
58 Pessoa com Deficiência interino; a Senhora Claudia de Freitas Vidigal, Secretária
59 Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; O Senhor
60 Embaixador Sílvio José Albuquerque e Silva, Secretário Especial Adjunto de
61 Direitos Humanos e por fim o Senhor Flávio Henrique de Souza, Presidente do
62 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na gestão dois mil e
63 quinze, dois mil e dezessete, (2015/2017) logo foi executado o Hino Nacional
64 Brasileiro; foi registrado a presença do Senhor Sérgio Caribé, Procurador do
65 Tribunal de Contas da União e do Senhor Eduardo Barbosa, Deputado Federal;
66 Foi dado a palavra ao Senhor Flávio Henrique de Souza, que agradeceu em nome
67 dos membros do Conade pela gestão dois mil e quinze, dois mil e dezessete.
68 Cumprimentou as autoridades presentes bem como os novos conselheiros que
69 seriam empossados, agradeceu as entidades da sociedade, todos os membros
70 também governamentais, destacaram os trabalhos realizados e a discussão da
71 política pública voltada as pessoas com deficiência de forma que chegasse na ponta
72 dos Estados, no Distrito Federal, nos municípios. Afirmou que em sua gestão todos
73 os conselheiros, conselheiras, titulares e suplentes tiveram um papel importante,
74 ampliando e aprofundando debates não só interno ocorridos nas reuniões
75 ordinárias e extraordinárias através também das comissões permanentes.

76 Ressaltou que levou sempre com muita seriedade o nome deste Conselho Nacional
77 para todo nosso Brasil, aproximando cada vez mais dos Conselhos Estaduais,
78 Distrito Federal e dos Conselhos Municipais; afirmou uma inserção muito
79 importante no Congresso Nacional, nas Comissões de Direitos Humanos, na
80 Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e entre
81 várias atividades, sobretudo a participação na Quarta Conferência Nacional dos
82 Direitos da Pessoa com Deficiência e das Conferências Nacionais Conjuntas de
83 Direitos Humanos. Na sequência o Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência
84 interino, Sr. Moisés Bauer Luiz, cumprimentou a Excelentíssima Ministra de
85 Estado dos Direitos Humanos, Luislinda Dias de Valois Santos, o Presidente do
86 Conade, Flávio Henrique de Souza, o Embaixador Sílvio Albuquerque, Secretário
87 Adjunto da Secretária Nacional de Direitos Humanos e Secretária Cláudia Vidigal,
88 Secretária Nacional da Criança e do Adolescente; cumprimentou também o
89 Excelentíssimo Deputado Federal Eduardo Barbosa, o Deputado Federal Otávio
90 Leite, Doutor Sérgio Caribé, membro do Ministério Público de Contas da União.
91 Em sua fala o Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência Interino,
92 salientou que é motivo de muita honra e de muita alegria participar desta cerimônia
93 de posse por acreditar que este Conselho tem historicamente um papel fundamental
94 reconhecido pela Sociedade Brasileira e no aperfeiçoamento de políticas públicas
95 em favor das pessoas com deficiência. Enfatizou que é preciso um Conselho
96 efetivamente atuante e que a sociedade civil compreenda o seu papel de controle
97 social e o seu papel de proponente de políticas públicas, por fim, agradeceu a
98 condução da gestão anterior pelo Sr. Flavio Henrique de Souza e deu boas-
99 vindas aos novos conselheiros e conselheiras. Em seguida, a senhora Ministra de
100 Estado dos Direitos Humanos, Luislinda Dias de Valois Santos, deu posse
101 simbólica aos membros do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, foi
102 convidado o Senhor Francisco Eduardo Coelho da Rocha da Federação Nacional
103 de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), como representante da Sociedade
104 Civil e Senhor Francisco Jacinto Araújo da Silva do Conselho Estadual dos
105 Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará, como representante governamental
106 para assinarem o termo de posse. Na sequência a excelentíssima senhora Ministra
107 de Estado dos Direitos Humanos Luislinda Dias de Valois Santos, cumprimentou a
108 todos e todas as autoridades presentes, após ressaltou que o Conade foi criado para
109 que a população com Deficiência possa tomar parte do processo de definição,
110 planejamento e avaliação das políticas públicas á elas destinadas, através do
111 diálogo com a administração pública quer seja essa administração direta, ou
112 indireta. Encerrada a cerimônia de posse.

113

114

115

116 **Data: 15/02/2017 - Tarde**

117 **Presença dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil.**

118 Da Federação Nacional das Apaes; o suplente Eivaldo Fernandes Neto; da
119 Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo; o suplente
120 Fernando César Thiago de Mello; da Central Única dos Trabalhadores; a titular
121 Anaíldes Campos Sena; a suplente José Roberto Santana da Silva; dos Conselhos

122 Municipais; o titular Antônio Muniz da Silva; o suplente Fernando da Silva; da
123 Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Idosos e
124 Pessoas com Deficiência; a titular Ariadne Clarissa Klein Sartori; da Organização
125 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos ; a titular Carmem Lúcia Lopes
126 Fogaça; da Organização Nacional de Cegos do Brasil; o titular Clóvis Alberto
127 Pereira; Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos; o titular
128 Francisco Eduardo Coelho da Rocha; o Suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia;
129 dos Conselhos Estaduais; o titular Francisco Jacinto Araújo da Silva ; da Secretaria
130 de Políticas para as Mulheres, a suplente Stella Ribeiro da Matta Machado; da
131 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais; o titular José Antônio
132 Ferreira Freire ; do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela
133 Hanseníase; a titular Lucimar Batista da Costa; do Conselho Federal e Engenharia
134 e Agronomia; o titular Osvaldo Luiz Valinote; da Associação de Pais e Amigos de
135 Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade; o
136 titular Roberto Paulo do Valé Tiné; o suplente Francisco Djalma de Oliveira;
137 Associação Brasileira de Ostromizados; o titular Rubens Gil Júnior; a suplente Ana
138 Paula Batista Soledade; o suplente João Adilberto P. Xavier; da Associação dos
139 Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; o titular Wilson Roberto
140 Gomiero.

141 Ausência: Associação Brasileira de Rugby em Cadeiras de Rodas – (ABRC);

142

143

144 Presença dos (as) Conselheiros (as) do Governo.

145 Do Ministério da Previdência Social; a titular Avelina Alves Lima Neta; do
146 Ministério do Esporte, o titular Claudio Luiz pinheiro da Silva; do Ministério do
147 Trabalho; a titular Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; do Ministério do
148 Turismo; a titular Isabel Cristina da Silva Barmasque; do Ministério da Justiça e
149 Segurança Pública; a titular Livia Maria de Andrade Pinheiro; do Ministério dos
150 Direitos Humanos; o titular Moisés Bauer Luiz; do Ministério do Desenvolvimento
151 Social e Agrário; a titular Niusarete Margarida de Lima; o suplente Wallace Dias
152 Freitas; do Ministério da Educação; a titular Patrícia Neves Raposo; o suplente
153 José Rafael Miranda; do Ministério da Cultura; a titular Sandra Cipriano Chaves; a
154 suplente Gabriela Caetano Boaventura Sampiere; Ministério da Ciência,
155 Tecnologia, Inovações e Comunicações; a suplente Gianine Portela Parizocto.

156 **Ausência Justificada:** Ministério das Cidades, Ministério das Relações
157 Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes e Aviação Civil,
158 Ministério das Comunicações, Secretária de Políticas para Mulheres.

159 Iniciado o trabalho da tarde, o Sr. Moises Bauer Luiz, Secretário Especial dos
160 Direitos da Pessoa com Deficiência interino, convidou para compor a mesa o
161 Doutor Felipe Fritz, Procurador da República, representante do Ministério
162 Público Federal, o Sr. Flávio Henrique de Souza para iniciar o processo de eleição
163 da nova mesa diretora do CONADE. Doutor Felipe Fritz, Procurador da República
164 representante do Ministério Público Federal, após cumprimentar todos e todas,
165 informou que chamaria pela lista os representantes governamentais e as
166 organizações da sociedade civil, e que o voto seria feito através do microfone
167 para que a assessoria do Conade procedesse às anotações para posteriormente

168 serem computados os votos; Esclareceu que a primeira etapa do processo de
169 eleição foi solicitar aos interessados em concorrerem a Presidente e a Vice-
170 Presidente do Conade que se apresentasse.

171 O conselheiro João Adilberto (Farbra), ponderou que o presidente a ser eleito e o
172 vice deveria sair de um consenso, o nome do candidato, e não criado de forma
173 inesperada. O Sr. Moisés Bauer Luiz, Secretário Especial dos Direitos da Pessoa
174 com Deficiência interino, informou que fez uma reunião com os conselheiros do
175 governo e seu nome saiu como indicado para concorrer a presidência do Conade.
176 O senhor Moisés, formalizou sua candidatura como representante do Governo. Em
177 seguida o Conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi), apresentou-se
178 como candidato a vice-presidente do Conselho. O Conselheiro Rubens Gil
179 (Abraso), candidatou-se à vaga de vice-presidente. Doutor Felipe Fritz, Procurador
180 da República representante do Ministério Público Federal, anunciou os candidatos
181 a vice - presidente do Conade, Marco Antônio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi),
182 e o senhor Rubens Gil Júnior (ABRASO); Doutor Felipe Fritz, deu início a
183 chamada dos representantes governamentais: Casa Civil da Presidência da
184 República –Conselheiro suplente: José Angelo de Carvalho Couto Neto, votou
185 para Presidente: Moisés Bauer e para vice Marco Castilho; Ministério do Turismo;
186 Conselheira Isabel Cristina da Silva, votou para Moisés para Presidente Marco
187 Castilho para vice; Ministério da Ciência e da Tecnologia Inovações e
188 Comunicações; suplente Gianine Portela Parizocto, Moisés Bauer Presidente,
189 Marco Castilho vice; Ministério da Cultura; Conselheira Sandra Cipriano Chaves,
190 Moisés Bauer, vice Marco Castilho; Ministério Social e Agrário; Conselheiro
191 suplente Wallace Dias Freitas, Moisés Bauer, vice Marco Castilho; Ministério da
192 Educação; Conselheiro suplente José Rafael Miranda, para Presidente Moisés
193 Bauer, para vice-presidente Marco Castilho; Ministério do Esporte; Conselheiro
194 Claudio Luiz Pinheiro da Silva, Presidente Moisés Bauer, vice-presidente Marco
195 Castilho; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselheira Lívia Maria de
196 Andrade Pinheiro, Presidente Moisés Bauer, vice Marco Castilho; Ministério da
197 Previdência Social; Conselheira Avelina Alves Lima Neta; Moisés Bauer. Vice
198 Marco Castilho; Ministério do Trabalho; Conselheira Fernanda Maria Pessoa Di
199 Cavalcanti, Moisés Bauer, vice Marco Castilho; Ministério dos Direitos Humanos,
200 conselheiro Moisés Bauer Luiz, para Presidente Moisés Bauer, vice Marco
201 Castilho; Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará;
202 Conselheiro Francisco Jacinto Araújo, Presidente Moisés Bauer, vice Marco
203 Castilho; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
204 do Recife; Conselheiro Antônio Muniz, para Presidente Moisés Bauer, vice Marco
205 Castilho; Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - (Feneis);
206 Conselheiro Francisco Eduardo Coelho da Rocha, para Presidente Moisés Bauer,
207 vice-presidente Marco Castilho; Organização Nacional de Cegos do Brasil –
208 (Oncb) ; Conselheiro Clóvis Alberto Pereira, para Presidente Moisés Bauer, vice-
209 presidente Marco Castilho; Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes
210 Visuais – (CBDV); Conselheiro José Antônio Ferreira Freire, Presidente Moisés
211 Bauer, vice-presidente Marco Castilho; Federação Nacional das Apaes –
212 (Fenapaes); Conselheiro Adilson Martins dos Santos, para Presidente Moisés
213 Bauer, vice-presidente Marco Castilho; Federação Nacional das Associações

214 Pestalozzi (Fenapestalozzi); Conselheiro Marco Antonio Castilho, para Presidente
215 Moisés Bauer, vice-presidente Marco Castilho; Federação Brasileira das
216 Associações de Síndrome de Down; Conselheira Glauciane Costa Santana, para
217 Presidente a Federação se abstém e para vice-presidente Rubem Gil; Associação de
218 Pais, e Amigos de Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e
219 da Comunidade – (Apabb); Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné, para
220 Presidente Moisés Bauer, vice-presidente Rubens Gil; Associação Brasileira de
221 Ostomizados – (ABRASO); Conselheiro Rubens Gil Júnior, para Presidente
222 Moisés Bauer, vice-presidente Rubens Gil; Organização Nacional de Entidades de
223 Deficientes Físicos – (Onedef); Conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça, para
224 Presidente Moisés, para vice-presidente Marco Castilho; Federação das
225 Associações de Renais e Transplantados do Brasil – (Farbra); Conselheiro
226 Suplente, João Adilberto P. Xavier, para Presidente Moisés Bauer, para vice-
227 presidente Rubem Gil; Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela
228 Hanseníase – (MORHAN); Conselheira Lucimar Batista da Costa, para Presidente
229 Moisés Bauer, vice-presidente Rubem Gil; Associação Brasileira de Autismo –
230 (ABRA); Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, para Presidente Moisés
231 Bauer, vice-presidente Rubem Gil; Confederação Nacional do Comércio de Bens,
232 Serviços e Turismo – (Cnc); Conselheiro Suplente Fernando Melo, para
233 Presidente Moisés Bauer, vice-presidente Marco Castilho; Central Única dos
234 Trabalhadores – (CUT); Conselheira Anaildes Campos Sena, para Presidente a
235 CUT se abstém por declaração de voto, e para vice-presidente Rubem Gil;
236 Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves – (Afag);
237 Conselheiro Wilson Roberto Gomiero, para Presidente Moisés Bauer, vice-
238 presidente. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea),
239 Conselheiro Osvaldo Luiz Valinote voto: para Presidente Moisés Bauer e vice-
240 presidente Marco Castilho; Associação Nacional dos Membros do Ministério
241 Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência – (Ampid);
242 Conselheira Ariadne Clarissa Klein Sartori, para Presidente Moisés Bauer, vice-
243 presidente Marco Castilho; Ordem dos Advogados do Brasil – (Oab); Conselheiro
244 Joaquim Santana Neto, para Presidente Moisés Bauer, vice-presidente Marco
245 Castilho; Doutor Felipe Fritz, deu por encerrada a votação e após computar os 31
246 votos, declarou eleito como presidente o Conselheiro Moises Bauer Luiz, com
247 29 votos e duas abstenções, eleito como vice o conselheiro Marco Castilho com
248 24 votos e 07 votos para o Conselheiro Rubens Gil e encerrou o pleito. Foi dada a
249 palavra ao Sr. Flávio Henrique de Souza, que agradeceu o apoio do Doutor Felipe
250 Fritzz e frisou que o mesmo sempre foi parceiro no Conade, não só em processo
251 eleitoral, sempre na luta em defesa da política pública para as pessoas com
252 deficiência e desejou sucesso para a nova diretoria do Conade. O Presidente do
253 Conade Moisés Bauer agradeceu a confiança depositada e convidou o conselheiro
254 Marcos Castilho para compor a mesa diretora. Em seguida, apresentou a Sra.
255 Letícia Palhano que assumiu a Coordenação Geral do Conade no dia 31 de janeiro,
256 agradeceu toda a equipe pela dedicação aos serviços prestados. O conselheiro
257 Marco Castilho fez a leitura da pauta da 108ª Reunião Ordinária. O Presidente do
258 Conade Moisés Bauer ressaltou que no dia seguinte ao termino da reunião
259 ordinária o Conselheiro Marco Castilho e a Conselheira Glauciane Costa Santana,

260 permanecerá em Brasília para participar da reunião do Comitê do cadastro
261 Inclusão, no entanto, a plenária poderia reavaliar a indicação de ambos para o
262 comitê. O conselheiro Antônio Muniz, (Cons. Municipais), propôs incluir na pauta
263 a discussão sobre as indicações do Comitê do Cadastro e foi acatado pela mesa
264 diretora. A Conselheira Carmem Lucia Fogaça (Onedef), propôs convidar um
265 representante do Denatran para se discutir a resolução 304 sobre o cartão de vaga
266 para estacionamento. O Conselheiro Rubens Gil (Abraso), propôs convidar o
267 Contran e relatou que em alguns estados como Santa Catarina, Estado de São
268 Paulo, o Detran orientou os médicos peritos que concedem a carteira de
269 habilitação a pessoa com deficiência e excluir algumas categorias, em especial os
270 ostomizados baseado numa Lei de 95. O Presidente do Conade Moisés Bauer,
271 propôs que o assunto possa ser discutido dentro de uma comissão e ressaltou que
272 vira um representante do Denatran, ocasião para solicitar uma interlocução com o
273 Contran. O Conselheiro Suplente João Adilberto (Farbra), propôs que se colocasse
274 em votação plenária uma menção honrosa em nome da ex conselheira Rosângela
275 dos Santo Silva, e que essa menção honrosa chegasse por intermédio da Farbra à
276 família. O Presidente do Conade Moisés Bauer acatou a proposta.
277 A Conselheira Niusarete Margarida de Lima (MDS), fez elogios a ex conselheira
278 Rosangela da Silva Santos e propôs, que caso, o Conade tenha um prêmio a ser
279 oferecido as pessoas com deficiência pela luta que esse seja dedicado a ex
280 conselheira Rosangela da Silva Santos. A Conselheira Lucimar Batista
281 (MORHAN), acatou toda solidariedade. O Conselheiro Rubens Gil (Abraso),
282 externou os seus sentimentos para a ex conselheira Rosangela da Silva Santos.
283 O Presidente do Conade Moisés Bauer, deliberou o envio de uma menção honrosa
284 a partir de um ofício dirigido a família que seria entregue a família via a Farbra. O
285 Conselheiro Francisco Jacinto (Conselhos Estaduais), propôs incluir na pauta a
286 reforma da previdência. A Conselheira Carmem Lúcia Fogaça (Onedef), citou que
287 o Conselho Nacional de Assistência – CNAS, elaborou um documento sobre a
288 reforma da previdência e que tinha proposto no CNAS que o Conade e o Conselho
289 do Idoso estivessem juntos pra que esse documento fosse entregue para os
290 parlamentares. A Conselheira Maria do Carmo Tourinho (Abra), ponderou que ao
291 falar de BPC, gera preocupação para mães de deficientes intelectuais. A
292 Conselheira Glauciane Santana (FBASD), falou que também se inclui na situação
293 de mãe de deficiente intelectual e ressaltou que os meninos jovens alcançam a
294 idade igual da população normal e o atual aspecto do envelhecimento precoce
295 não tem sido considerado. O Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB), informou
296 que várias entidades se associaram ao Conselho Federal da OAB para discutir
297 alguns pontos da Previdência, e afirmou que o Conselho Federal da OAB está
298 disponível para lutar contra alguns pontos da Reforma da Previdência.
299 O conselheiro José Rafael Miranda (MEC), levantou a questão da terminologia em
300 relação à pessoa com deficiência e propôs incluir essa discussão na próxima
301 reunião do conselho. Conselheiro Felipe Trigueiro (Feneis), falou sobre a Lei de
302 cotas aprovada pelo o Governo Federal, que não incluiu as cotas para pessoas
303 com deficiência no Sisu (Sistema de Seleção unificada do MEC) e questionou
304 sobre o posicionamento do Conade. Conselheiro Rubens Gil (Abraso) mencionou
305 sobre o seu pleito referente ao seu horário de voo de retorno, pois se sente

306 prejudicado em ter que sair antes do termino da reunião. A Conselheira Anaíldes
307 Campos Sena (CUT), propôs uma discussão sobre as questões das cotas nos
308 concursos públicos agregando uma pauta dos processos seletivos de um modo mais
309 geral. O Presidente do Conade, Moisés Bauer, acatou a proposta do Conselheiro
310 Filipe Trigueiro sobre o SISu e dos concursos públicos da proposta da conselheira
311 Anaildes Campos. O conselheiro Marco Castilho Carneiro (Fenapestalozzi),
312 alertou sobre o número de manifestação sobre o tema SISu e propôs que a matéria
313 seja discutida na próxima reunião. O Conselheiro Antonio Muniz – representante
314 doS ConselhoS Municipais, sugeriu o envio de expediente para o MEC e para os
315 órgãos que organizam o Sisu e concursos públicos citando toda a legislação
316 existente. A conselheira Glauciane Costa Santana (FBASDOWN), acrescentou na
317 proposta uma discussão com o MEC, sobre a aplicação de prova para pessoas
318 com deficiência intelectual. O Conselheiro Clovis Pereira (ONCB), informou que
319 houve uma consulta pública sobre o Enem, mas que estava muito vaga na questão
320 relacionada a pessoa com deficiência de um modo geral e propôs também que o
321 tema entre na próxima reunião ordinária do Conselho. O Presidente do Conade
322 Moisés Bauer, abordou que mediante as sugestões para discussão identificou
323 quatros propostas que deverão ser ponto de pauta da próxima reunião: SISu,
324 Enem, Concurso Público e Terminologia, por fim convidou o Conselheiro Filipe
325 Trigueiro (FENEIS), para uma reunião para tratar das cotas no Sisu. O próximo
326 ponto de pauta foi sobre a formação das Composições das Comissões Permanentes,
327 o presidente do Conade Moises Bauer, informou como estava as composições e
328 abriu para o plenário fazer manifestações sobre a permanência ou mudança de
329 comissão. Por fim, ficou aprovado a composição assim definido: Comissão de
330 Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos - CAN: Casa Civil
331 da Presidência da República; Ministério do Trabalho; Ministério da Justiça e
332 Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores; Associação Nacional dos
333 Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com
334 Deficiência – Ampid; Federação Nacional das Apaes - Fenapaes; Ordem dos
335 Advogados do Brasil - OAB; Conselho Federal de Engenharia e Agronomia -
336 Confea. II - Comissão de Comunicação Social - CCS: Ministério das Cidades;
337 Ministério das Comunicações; Ministério da Cultura; Ministério do Turismo;
338 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência dos Funcionários do Banco
339 do Brasil e da Comunidade - Apabb; Confederação Nacional do Comércio de
340 Bens, Serviços e Turismo - CNC; Federação Brasileira das Associações de
341 Síndrome de Dow e Federação das Associações de Renais e Transplantados do
342 Brasil - Farbra. III - Comissão de Articulação de Conselhos - CAC: Ministério dos
343 Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério
344 dos Direitos Humanos; Conselho Estadual para Assuntos dos Direitos da Pessoa
345 com Deficiência CE; Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com
346 Deficiência de Recife/PE; Associação Brasileira de Ostomizados - Abraso; Central
347 Única dos Trabalhadores - CUT; Confederação Brasileira de Desportos de
348 Deficientes Visuais - CBDV; Organização Nacional de Cegos do Brasil – Oncb IV
349 - Comissão de Políticas Públicas - CPP: Ministério da Educação; Ministério do
350 Desenvolvimento Social e Agrário; Ministério da Previdência Social; Ministério da
351 Saúde; Associação Brasileira de Autismo - Abra; Federação Nacional das

352 Associações Pestalozzi - Fenapestalozzi; Federação Nacional de Educação e
353 Integração dos Surdos - Feneis; Organização Nacional de Entidades de Deficientes
354 Físicos - Onedef. V - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF;
355 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Ministério do Esporte; Ministério
356 dos Transportes; Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas – ABRC;
357 Movimento Nacional de Reintegração da Pessoa com Hanseníase – Morhan e
358 Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves - AFAG. Em
359 seguida, as comissões se reuniram em salas distintas para elegerem seus
360 coordenadores (a)s. Encerrado o trabalho do dia .

361 **Data: 16/02/2017- Manhã**

362 **Presença dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil.**

363 Da Federação Nacional das Apaes; o suplente Eivaldo Fernandes Neto; da
364 Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo; o suplente
365 Fernando César Thiago de Mello; da Central Única dos Trabalhadores; a titular
366 Anaídes Campos Sena; a suplente José Roberto Santana da Silva; dos Conselhos
367 Municipais; o titular Antônio Muniz da Silva; o suplente Fernando da Silva; da
368 Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Idosos e
369 Pessoas com Deficiência; a titular Ariadne Clarissa Klein Sartori; da Organização
370 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos ; a titular Carmem Lúcia Lopes
371 Fogaça; da Organização Nacional de Cegos do Brasil; o titular Clóvis Alberto
372 Pereira; Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos; o titular
373 Francisco Eduardo Coelho da Rocha; o Suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia;
374 dos Conselhos Estaduais; o titular Francisco Jacinto Araújo da Silva ; da Federação
375 Brasileira das Associações de Síndrome de Down; a titular Glauciane Costa
376 Santana; da Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais; o titular
377 José Antônio Ferreira Freire ; da Ordem dos Advogados do Brasil, o titular
378 Joaquim Santana Neto; do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela
379 Hanseníase; a titular Lucimar Batista da Costa; da Associação Brasileira da Rugby
380 em Cadeiras de Rodas; o titular Luiz Cláudio Alves Pereira; da Casa Civil da
381 Presidência da Republica; o suplente José Angelo de Carvalho Couto Neto; da
382 Federação Nacional das Associações Pestalozzi; o titular Marco Antônio de
383 Castilho Carneiro; da Associação Brasileira de Autismo; a titular Maria do Carmo
384 Tourinho Ribeiro; do Conselho Federal e Engenharia e Agronomia; o titular
385 Osvaldo Luiz Valinote; da Associação de Pais e Amigos de Pessoas com
386 Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade; o titular Roberto
387 Paulo do Valé Tiné; o suplente Francisco Djalma de Oliveira; da Associação
388 Brasileira de Ostomizados; o titular Rubens Gil Júnior; a suplente Ana Paula
389 Batista Soledade; da Federação das Associações de Renais e Transplantados do
390 Brasil; o titular Sérgio Lindoso Bauman das Neves Pietroloungo; da Associação
391 dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; o titular Wilson Roberto
392 Gomiero;

393

394 **Presença dos (as) Conselheiros (as) do Governo.**

395 Do Ministério da Previdência Social; a titular Avelina Alves Lima Neta; do
396 Ministério do Esporte, o titular Claudio Luiz Pinheiro da Silva; do Ministério das
397 Cidades; a Suplente Carolina Moreira Barbosa Brito; do Ministério do Trabalho; a

398 titular Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; do Ministério da Justiça e Segurança
399 Pública; a suplente Magda Fernanda Medeiros; do Ministério dos Direitos
400 Humanos; o titular Moisés Bauer Luiz; do Ministério do Desenvolvimento Social e
401 Agrário; o suplente Wallace Dias Freitas; do Ministério da Cultura; a titular Sandra
402 Cipriano Chaves; a suplente Gabriela Caetano Boaventura Sampiere; Ministério da
403 Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; a suplente Gianine Portela
404 Parizocto. O presidente do Conade Moisés Bauer, abriu a sessão e convidou o
405 vice presidente Marco Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) para acompanhá-lo à
406 mesa diretora que fez a chamada regimental. Em seguida foi apresentado pelo
407 Conselheiro Marco Castilho o calendário de agenda das reuniões, posteriormente,
408 após algumas intervenções foi aprovado as seguintes datas 17 a 20/04; 05 a 07/06;
409 16 a 18/08; 18 a 20;04 e 04 a 06/12/2017, logo ponderou sobre a conferencia
410 Nacional de Assistência social que está prevista a ocorrer no início do mês de
411 dezembro o que poderia ocorrer no período da reunião do Conade. E em resposta
412 ao questionamento do Conselheiro Marco Castilho Carneiro ((Fenapestalozzi)
413 sobre a ausência da reunião da presidência ampliada no calendário, o presidente
414 Moises Bauer, respondeu que em regra a reunião da presidência ampliada ocorre
415 antes do início da ordinária ou ao final do primeiro dia da reunião. O Conselheiro
416 Francisco Eduardo Coelho da Rocha (Feneis) informou que nos dias 20, 21 e 22
417 de abril ocorrerá a comemoração dos 30 anos da Feneis e nos dias 24, 25 e 26
418 acontecerá a conferencia Nacional de Libras e propôs a transferência da 109ª
419 Reunião do Conade para a cidade de Porto Alegre. O presidente do Conade,
420 Moises Bauer, por sua vez ponderou que as datas não coincidiriam tendo em vista
421 que ao termino da reunião do Conade, no dia 19/04, o evento em Porto Alegre
422 começaria no dia 20/04 e sobre a possibilidade de realizar a reunião do Conade em
423 Porto Alegre, ressaltou que não é impossível e pode ser uma política positiva a ser
424 adotada mas que teria que examinar a possibilidade de descentralizar a reunião,
425 pois naquele momento não teria condições de responde, considerando o cenário do
426 novo ministério; porem o plenário pode tirar o indicativo e que havendo
427 possibilidade de logística e orçamentária uma vez que envolver investimento de
428 contratação de uma estrutura de evento fora de Brasília que tem um ônus que
429 deverei orçar. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira (Oncb) pediu a palavra e
430 propôs aprovar as datas para que posterior verificar-se se há condição de realizar a
431 reunião em Porto Alegre. Conselheiro Francisco da Feneis esclareceu que tal
432 proposta facilitaria a participação dele não só na reunião do Conade, bem como nas
433 outras realizadas pela Feneis em Porto Alegre. O Conselheiro Roberto Paulo do
434 Vale Tiné (Apabb) lembrou que já foi realizada reunião do Conade fora de
435 Brasília, especificamente em Salvador é não teve quórum, assim como na cidade
436 do Rio de Janeiro. A conselheira Maria do Carmo Tourinho (Abra) citou um
437 exemplo de uma reunião do Conade que ocorreu em Aracaju/SE em que
438 praticamente havia todos os conselheiros e foi um sucesso.
439 O Conselheiro Antonio Muniz (Cons. Municipais) informou ao pleno que a
440 conferencia Nacional de Assistência Social ocorrerá no período de 05 a 08 de
441 dezembro de 2017. O presidente do Conade Moisés Bauer, pediu a equipe do
442 Conade para verificar a reserva do plenário, na semana seguinte depois do dia 8 de
443 dezembro, ou eventualmente na semana anterior, na ultima semana de novembro,

444 para tentar solucionar o conflito de agendas. Demonstrou preocupação com a
445 questão orçamentaria e logística, e com a presença dos outros representantes
446 governamentais, que cada órgão teria de emitir a passagem de seus conselheiros.
447 Salientou que por se novo na gestão, não achava ser tão complicado por saber que
448 já teve reuniões fora de Brasília e que poderia conseguir um espaço na instituição
449 de origem isto é, no Ministério Público de Porto Alegre, com sistema de gravação,
450 de vídeo e outras coisas e ressaltou que a OAB do Rio Grande do Sul é bem
451 parceira. Conselheiro Marco Antônio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) sugeriu
452 fazer um contato com o Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, em havendo a
453 troca de local da reunião, que busque primeiro o Conselho Estadual, no sentido de
454 contribuir e fortalecer e pode ser que o próprio conselho estadual tenham esse
455 espaço para ceder ao Conade, e não havendo possibilidade, que busque os outros
456 lugares. O presidente do Conade Moisés Bauer fez algumas considerações acerca
457 das datas e local, manteve o indicativo do quarto dia para o planejamento
458 estratégico, 17 a 20 de abril e a realização em Brasília ou Porto Alegre, entretanto
459 não sendo possível realizar em Porto Alegre, comunicará o Conselheiro Francisco
460 da Rocha (Feneis) que não será possível o remanejamento da reunião e que a
461 mesma ocorrerá na mesma data do evento da Feneis sem a presença dele. A seguir
462 o Presidente Moises, retomou o assunto da data da reunião do mês de dezembro
463 uma vez que nesse mês ocorrerá também a Conferencia do CNAS interpelou quais
464 os conselheiros que estariam presente na Conferencia além da Conselheira
465 Carmem Lucia Fogaça (Onedef) Marco Castilho Carneiro (Fenapestalozzi)
466 Antonio Muniz (Cons. Municipais). O conselheiro Rubens Gil (Abraso)
467 argumentou que todos gostariam de participar da conferencia da assistência, e que
468 todas as instituições tem representantes titulares e cada uma também tem os seus
469 suplentes, portanto os titulares que não puderem ir, solicite aos suplentes que vá à
470 reunião do Conade. Francisco Jacinto (Cons. Est) concordou com a proposta e
471 ressaltou que propôs fazer uma consulta sobre a disponibilidade dos conselheiros
472 suplente pois todos podem estar envolvidos também na organização da
473 Conferencia do Cnas. Conselheiro Clóvis Alberto Pereira (Oncb) sugeriu que seja
474 mantida essa data de dezembro em Brasília, pois caso aconteça na cidade de Porto
475 Alegre, seria reuniões com estruturas diferentes e conseqüentemente mais gastos
476 adicionais. O presidente Moises Bauer (Conade) ponderou que a abertura
477 Conferencia da Assistência Social pode ser no dia 5/12 tarde ou noite, assim a
478 reunião do Conade poderia começar na tarde do dia 05/12 e transferir a reunião
479 das comissões para o dia 06/12. A Conselheira Carmem Lúcia Fogaça (Onedef)
480 propôs que a reunião do Conade no mês de dezembro ocorresse nos dias 12 a 14 o
481 que daria possibilidade de todos participarem na conferência da assistência. O
482 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira (Oncb) argumentou que com a proposta feita
483 pela Conselheira Carmem Lúcia Fogaça (Onedef) poderiam antecipar a reunião
484 do Conade de dezembro para antepenúltima semana de novembro. A Conselheira
485 Lucimar Batista da Costa (Morhan) informou que de 21 a 24 de novembro, vai
486 acontecer a Conferencia de Vigilância e Saúde em Brasília. Conselheiro Marco
487 Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) comentou que na programação da
488 conferencia, normalmente a abertura tem sido no período da tarde, então teriam o
489 todo o dia 4/12 e a metade do dia 05/12 para trabalho com possíveis prejuízos de

490 quórum no dia 6/12. O presidente Moisés Bauer (Conade), lamentou um possível
491 prejuízo de participação e defendeu a manutenção dos dias 4, 5 e 6/12, defendida
492 também pelo plenário. Após anunciou dois indicativos para o mês de abril,
493 indicativo de ser uma reunião de 4 dias para possível planejamento estratégico e
494 indicativo de descentralizar a reunião do Conade e que tudo isso até a metade do
495 mês de março será confirmado e por fim colocou o calendário de reuniões
496 ordinárias de 2017 com os pequenos ajustes em aprovação. Aprovado por
497 unanimidade. Em seguida o presidente Moisés Bauer (Conade), apresentou os
498 próximos itens da pauta que seria a eleição dos representantes para o GT do
499 Denatran e uma discussão sobre Resolução 304 do Contran que também envolve o
500 Denatran, registrou a presença do Dr. Tiago Borges, que é assessor da Diretoria do
501 Denatran, e do Dr. Daniel Tavares, que também é engenheiro do Denatran. Antes
502 de passar a palavra aos palestrantes, O presidente Moisés Bauer (Conade), auto se
503 indicou como membro do GT, bem como indicou o servidor Rodrigo Machado,
504 Coordenador de Acessibilidade da SNPD, representando o governo e posterior a
505 apresentação seria tirado os nomes dos representantes da Sociedade Civil. Dando
506 continuidade o Sr. Dr. Tiago Borges (Denatran), agradeceu o convite, em nome do
507 Dr. Elmo, Diretor do Denatran. Iniciou informando que o pleito é uma demanda
508 que veio da Casa Civil, solicitando conhecer a realidade da estrutura de trânsito
509 para deficiente, a princípio foi focado nos deficientes visuais e baseado nisso, foi
510 montado todo um relatório e entregue ao secretário executivo da Casa Civil Sr.
511 Daniel. Citou que foi formulada a ideia de criar um grupo de trabalho, que
512 desenvolveria projetos que seriam levados à presidência da república. Foi passado
513 a palavra para o Sr. Daniel Tavares para explicar a parte técnica do grupo de
514 trabalho. Ao cumprimentar todos, informou que estão montando dentro da
515 estrutura da câmara temática de engenharia de tráfico e sinalização da via, um
516 grupo de trabalho para discutir a questão do semáforo com dispositivo sonoro para
517 auxílio na travessia dos deficientes visuais, e que esse é o tema desse grupo de
518 trabalho, informou que foi convidado os membros dessa câmara temática, que se
519 mostraram interessados em participar dessa discussão e que acha muito salutar essa
520 discussão com o público que de fato vai fazer o uso desse sistema, assim
521 entenderemos quais são as dificuldades, quais são as soluções que podem nos
522 encaminhar pra que saia um trabalho legal e após a conclusão será encaminhado
523 ao Conatran para aprovação. Por fim, informou que esse é o intuito do grupo de
524 trabalho e por essa razão, convidou Secretaria Nacional e a indicação de três
525 representantes da Sociedade Civil Organizada para contribuir com esse trabalho,
526 sendo três titulares, três suplentes e um titular e um suplente da Secretaria.
527 Logo, o presidente Moisés Bauer (Conade), abriu a palavra ao pleno. A
528 Conselheira Carmem Lúcia Fogaça (Onedef), pediu a palavra e questionou porque
529 as cidades estão colocando semáforos inteligentes e conseqüentemente a lógica
530 esta sempre voltada para o trânsito e não para o pedestre, e que também se
531 preocupa com esses semáforos inteligentes com a dificuldade do deficiente visual
532 na questão da sonorização e o tempo. Esclareceu que algumas pessoas com
533 deficiência tem o seu tempo e que deve-se pensar, não só no cadeirante, mas
534 também naquele que usa uma órtese, que é um aparelho. O Dr. Tiago Borges
535 (DENATRAN): comentou que antes de mais nada o trabalho esta sendo iniciado

536 pelos deficientes visuais, mas não esta sendo pensado só neles, é um
537 desenvolvimento que apesar de estar falando em semáforos sonoros e um início
538 de um trabalho. Elogiou a ponderação da conselheira Carmem, por que muitos
539 assuntos não fazem parte da realidade do Denatran e que é salutar a Sociedade
540 Civil e a Secretaria participar, pois alertará alguns detalhes que poderiam passar
541 despercebidos. O Sr. Daniel Tavares (Denatran): acrescentou que a ideia de iniciar
542 pelo sonorizador é por ser um dispositivo que foi identificado na legislação e que
543 não está bem ou pouquíssimo regulamentado, ressaltou que sobre a questão do
544 semáforo inteligente, o Conatran já publicou no manual de Brasília e sinalização de
545 trânsito, o volume que se trata de semáforos, e que já contempla algumas questões
546 ali destacados.

547 A Conselheira Carmem Lúcia Fogaça (Onedef), apresentou outra questão com
548 relação ao sonorizadores, falou que é necessário uma campanha para conscientizar
549 as pessoas sobre o uso, porque ao danificar o Departamento de Trânsito do
550 município às vezes não tem recurso pra fazer a manutenção e acaba ficando sem a
551 sonorização. O Conselheiro Antônio Muniz (Conselhos Municipais), indagou aos
552 convidados quanto tempo teria de duração e qual a periodicidade das reuniões
553 desse grupo de trabalho. Por sua vez, o Dr. Daniel Tavares (Denatran), informou
554 que o grupo ainda está sendo construído, a ideia é após formado a conclusão do
555 trabalho seja entre 45 a 60 dias. Sobre o cronograma informou que ainda não há
556 ideia, esclareceu que existe o interesse do Dnit de participar e certamente será o
557 coordenador do trabalho. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira (Oncb) falou aos
558 presentes que recebeu um convite para uma reunião com Tiago Borges (Denatran),
559 na cidade de São Paulo, porém não foi possível atendê-lo. E que essa questão que
560 afeta o tema da pessoa com deficiência visual já foi discutida em 2011, na
561 secretaria de acessibilidade da Oncb que resultou um parecer. Disse também que
562 não é só a questão semafórica, mas a interferência, intermitência, a altura e o
563 direcionamento desse sinal sonoro com outros sinais sonoros, como alarmes de
564 carros, ré de carros que tem sinais parecidos e tempo. Expos que a Oncb defendeu
565 a questão semafórica voltada a pessoa com deficiência visual, mas garantindo o
566 desenho universal. Para isso tem que ser pensar não somente na pessoa cega, mas
567 na pessoa idosa, no cadeirante ou em outro tipo de suporte. Parabenizou a
568 iniciativa e se dispôs a apoiar o projeto. O presidente Moisés Bauer (Conade),
569 abriu ao plenário para mais alguma manifestação, como não houve, seguiu para as
570 candidaturas para compor o GT. O Conselheiro Antônio Muniz (Cons.
571 Municipais), pediu a palavra, e informou que não será candidato, mas indicou o
572 Conselheiro Clovis Pereira (Oncb) e o Conselheiro Francisco Rocha (Feneis) por
573 entender ser de suma importância o surdo tratando também de questões das
574 sinalizações semafóricas. Conselheiro Adinilson Marins dos Santos (Fenapaes)
575 indicou o Conselheiro Clovis Pereira (ONCB) e o Conselheiro Osvaldo Valinote
576 (Confea). O presidente Moises Bauer (Conade) alertou que há três vagas e sugeriu o
577 nome da Conselheira Carmem Lucia Fogaça (Onedef). Conselheiro Rubens Gil
578 (Abraso) seu auto indicou. A Conselheira Carolina (Cidades) indagou se poderia
579 entrar no GT pelo Conade ou pelo M. Cidades. O presidente Moisés Bauer
580 (Conade) respondeu a indagação da Conselheira Carolina (Cidades) dizendo que
581 poderia entrar pelo próprio Ministério da Cidades e fez a leitura dos membros

582 indicados para compor o GT, Clóvis Alberto Pereira, Rubens Gil Junior, Carmem
583 Lucia Fogaça, Francisco Rocha, Osvaldo Valinote, Luiz Claudio Pereira, pela
584 secretaria o próprio e seu suplente Rodrigo Machado, em seguida solicitou a sua
585 assessoria que enviasse ofício ao Denatran com as indicações. A Conselheira
586 Magda Fernanda Medeiros Fernandes (MJ), perguntou quem são os outros atores
587 governamentais que estão incorporando no GT. O Dr. Tiago Borges (Denatran)
588 informou que foi feito convite a câmara temática da CTE, CT São Paulo, o DNIT e
589 a Superintendência em João Pessoa/PB, ABNT, ABTRANS, e DER/DF e estaria
590 a aberto a outros participantes. O presidente Moisés Bauer (Conade), deu por
591 encerrado este ponto da pauta, pediu para os convidados que permanecesse na
592 plenária e solicitou a conselheira a Carmem Lucia Fogaça (Onedef) que iniciasse
593 sua explanação. A conselheira a Carmem Lúcia Fogaça (Onedef), citou que a
594 Resolução 304 de 2008, dispõe sobre as questões das vagas de estacionamento
595 para as pessoas com deficiência, e que em 2015, com a sanção da a Lei Brasileira
596 de Inclusão em seu artigo 47, trata especificamente da questão das vagas dos 2%.
597 Salientou que a Resolução 304 em termos de nomenclaturas, está ultrapassada,
598 por usar portador de deficiência, citou também que a resolução tem que estar de
599 acordo com a Lei. Exemplificou que na Lei no seu artigo 47 diz “ **é a pessoa com**
600 **deficiência com mobilidade** e na resolução “ pessoa portadora de deficiência e/ou
601 com dificuldade de locomoção”. Solicitou que essa resolução fosse reeditada,
602 atualizando a nomenclatura e deixando claro que a “pessoa com deficiência com
603 dificuldade de locomoção”, não tem “e/com” e “e/ou” é com “dificuldade de
604 locomoção”, independente de qual seja a dificuldade de locomoção, pode ser
605 amputação. No segundo aspecto referiu a resolução 303, que trata do idoso.
606 Explanou que a resolução 304, 2% das vagas públicas são destinadas a pessoa
607 com deficiência e a resolução 303 é 5% e que os idosos por ter dificuldade de
608 locomoção querem a credencial para deficiente, ou seja, dois cartões para usá-lo na
609 vaga de idoso ou deficiente. Alegou que tem recebido muitas denúncias com
610 relação a isso, deu por exemplo: uma amputação de braço, ele é deficiente, mas
611 eles não tem problema de locomoção, mas ele tem o cartãozinho de vaga, então ao
612 estacionar e um cadeirante chegar este não pode ocupar a vaga, outro exemplo:
613 mastectomia, ela tem direito a isenção de IPI, mas ela não tem direito ao cartão e
614 por isso está recorrendo à justiça inclusive para garantir esse direito. Conselheiro
615 Rubens Gil (Abraso): lembrou que já havia posto na plenária a questão de
616 ostomizados que estão sendo tolhidos de seus direitos, ressaltou que mesmo que a
617 lei não foi revogada, alguns estados já estão excluindo. Ponderou que mesmo tendo
618 o cartão, cede a vaga a cadeirante em função da locomoção, mesmo ciente de seu
619 direito. Colocou ao plenário a questão da porcentagem de 2% e deu exemplo do
620 município de Araçatuba em que o órgão regulador dispõe a vaga da pessoa com
621 deficiência sem qualquer critério. Citou outro exemplo, em que no hospital na
622 cidade havia duas vagas para pessoa com deficiência e foram transferidas para
623 longe. Finalizou indagando que é importante se atentar a todos os pontos da
624 resolução com ideias construtivas. Conselheiro Luiz Claudio Pereira (ABRC),
625 parabenizou a percepção da Conselheira Carmem Lucia Fogaça e ressaltou que a
626 legislação é feita não só para garantir alguns benefícios, mas também para garantir
627 direitos e oportunidades, direito de igualdade. Contrariou alguns aspectos da fala

628 do conselheiro Rubens Gil alegando que trazem discursão para a plenária porem
629 parece para se digladiarem, sem entenderem o papel da legislação. Ressaltou que
630 quando se garante a vaga para a pessoa com deficiência é para facilitar que ela
631 chegue ao local mais próximo, e algumas deficiências que não tem dificuldade
632 de locomoção não precisa ter o privilegio da lei, pode parar em qualquer vaga.
633 Refletiu que não se nega a deficiência, mas negando o direito de se beneficiar
634 dessa deficiência para ter um direito que não precisa se beneficiar e se por
635 consciência, abrir mão é porque verdadeiramente não precisa dessa vaga, ao ceder
636 por entender que o outro tem uma necessidade maior é proposito da lei, quem tem
637 mais dificuldade ocupa. Informou que na cidade do Rio de Janeiro um grupo com
638 sigla HIV pleitearam o passe o livre e colocaram como pessoas com deficiência e
639 o com aumento desse segmento, alguns entendem que estão tendo muito
640 privilegio e muita gratuidade. Informou ainda que empresários de ônibus,
641 colocaram uma placa nos ônibus dizendo o seguinte, **“quando esse seguimento**
642 **entra pela porta da frente, você paga passagem”**, Finalizou sua fala
643 parabenizando mais uma vez a Conselheira Carmem Lucia Fogaça, esclareceu o
644 conselheiro Rubens Gil que não é nada pessoal, porem que é uma discursão
645 politica. Dada a palavra ao conselheiro Osvaldo Valinote (Confea), que diz ser
646 contemplado em quase tudo, pela manifestação do Luiz Claudio Pereira e expos
647 aos presentes um detalhe dizendo que em Goiânia é o município que emite os
648 cartões, e sendo uma pessoa idosa também poderia ter o cartão de vaga para
649 idoso, entretanto, o sistema bloqueia. Ressaltou também que em Goiânia pode-se
650 optar pessoa com deficiência ou idosa, portanto com direito apenas a um cartão e
651 finalizou dizendo que é preciso conscientizar os municípios para que isso aconteça
652 em todos os municípios. Conselheiro Francisco Rocha (Feneis), iniciou sua fala
653 dizendo que esteve no Rio de Janeiro e São Paulo e percebeu que os maiores
654 problemas são poucas vagas para cadeirantes e bem limitadas, exemplificou que
655 um hospital em São Paulo retiraram as vagas de deficiente colocando em um local
656 bem distante e que isso ocorreu num pronto socorro, UTI, e que a questão de
657 saúde é imprescindível é um ponto crucial. Comentou também que na cidade do
658 Rio de Janeiro principalmente no Centro, a dificuldade é imensa e a questão do
659 cadeirante é fundamental na discursão, porem deve também colocar outras
660 deficiências na discussão.

661 Conselheiro Wilson Gomiero (Afac), ponderou que é difícil tomar um
662 posicionamento apenas pela visualização da deficiência, principalmente das
663 pessoas com doenças raras que são invisíveis. Falou que não se consegue olhando
664 para a pessoa dizer, ela precisa ou não precisa e fica muito difícil colocar
665 parâmetros que sejam consideráveis e exemplificou dizendo que uma pessoa com
666 esclerose múltipla, com uma estafa severa, ela não anda 10m sem cair,
667 simplesmente não consegue. Reconheceu que é um problema da Sociedade Civil
668 das entidades que não fazem o trabalho de educação. A Conselheiro Glauciane
669 Costa Santana (Fbasdown), ponderou que o bom senso não esta na lei, precisa que
670 se regule de fato a questão das vagas. Fernanda Maria Di Cavalcanti (Ministério
671 do Trabalho), citou que grandes ações existem para fazer equiparação de
672 oportunidades, e que talvez a Lei ou um novo modelo de avaliação resolve o
673 problema da mobilidade.

674 **O Presidente Moisés Bauer (Conade)**, pontuou que a Secretaria da Pessoa com
675 Deficiência está se dedicando na construção do instrumento único de avaliação da
676 deficiência e com a conclusão do trabalho, imagina que pode-se eliminar boa parte
677 desse problema gerado por vagas e que enquanto o instrumento de avaliação e a
678 aplicação não é realidade, pensar ser salutar um aprofundamento da resolução da
679 CONTRAN. Por fim, enalteceu a presença do DENATRAN por ouvir os anseios
680 do plenário. Em seguida foi passado a palavra para a Conselheira Carmem Lucia
681 Fogaça (Onedef), que informou a todos que cabe aos municípios regulamentarem
682 a concessão especial da vaga e ressaltou que as normas para vagas preferenciais já
683 estão definidas na ABNT, no entanto, não estão sendo respeitadas e que é
684 imperioso se adequar a LBI. O Conselheiro Suplente Felipe Trigueiro (FENEIS),
685 informou que em relação as vagas de pessoa com deficiência não estão sendo
686 respeitadas nem pelos policiaes e já presenciou casos de uma mulher com as duas
687 pernas amputadas que precisava usar a vaga, mas estava ocupada por um policial.
688 Por fim, sugeriu que se estude uma melhor maneira também de conscientização e
689 de até limitar um tempo de uso das vagas. Conselheira Maria do Carmo Tourinho
690 (ABRA), acrescentou ainda sobre o tema que a questão dos autistas, dizendo que
691 além de terem dificuldade são muito imprevisíveis e se a vaga estiver longe a mãe
692 terá maior dificuldade para conduzi-lo. Na Sequencia o Dr. Daniel Tavares
693 (DENATRAN), fez suas considerações finais dizendo que o assunto é bem
694 pertinente e bem polêmico e que em relação ao semáforo sonORIZADOR, a legislação
695 tem espaço para melhorias, a questão das vagas tem que realmente ser atualizada.
696 Solicitou que fosse enviado formalmente todas as questões para a abertura de um
697 processo, para atualizar as resoluções a 303 e 304. Por fim, deixou seus contatos:
698 Daniel Marins Tavares, Coordenador-Geral, Coordenação-Geral do Planejamento
699 Normativo e Estratégico, telefone: 61 2108 1860, e-mail: cgpne@idades.gov.br.
700 Dr. Tiago Borges (DENATRAN), agradeceu e também em nome do Dr. Elme
701 Coelho, Diretor do Denatran, disponibilizou e-mail direto também que é
702 gabinete.denatran@idades.gov.br, O presidente do Conade Moisés Bauer,
703 agradeceu a presença dos palestrantes e logo iniciou as definições de
704 representações do CONADE. Iniciou pela ANS sendo duas vagas para titulares e
705 duas para suplentes foram eleitos; Tit. Maria do Carmo (abra) Supl Anaíldes
706 Campos Sena (Cut); Tit. Wilson Gomiero (Afac) Supl. Rubens Gil (Abraso) em
707 seguida foi indicado para a comissão eleitoral do Conselho Nacional de Combate à
708 Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e
709 Transexuais (CNCD/LGBT), o Conselheiro Joaquim Santana (OAB). O
710 Conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi), informou que foi inserido
711 na pauta o comitê de cadastro e avaliação preconizada na LBI e lembrou a todos
712 que no ano passado o CONADE havia feito a indicação de dois nomes para o
713 comitê, (Marco Antonio Castilho e Glauciane Costa Santana). Esclareceu que o
714 comitê vem trabalhando, trazendo apresentações de ministérios, e agora é que de
715 fato o comitê se subdividiu pra trabalhar um grupo no cadastro de inclusão e o
716 outro no modelo de avaliação. O Conselheiro Rubens Gil (Abraso), alertou a mesa
717 diretora o item representação de titular e suplente para o grupo Interministerial da
718 Saúde da Mulher com Deficiência. O presidente do Conade Moisés Bauer,
719 ressaltou que ainda faltava as indicações para o GT Interministerial da Saúde da

720 Mulher com Deficiência, um titular e um de suplente e questionou ao pleno se
721 alguém mais se habilitava além da Conselheira Anaíldes Campo Sena (CUT)
722 Lucimar Batista da Costa (Morhan). A Conselheira Fernanda Maria Pessoa
723 (MTb), ponderou sobre a permanência do Conselheiro Marco Antonio Castilho e
724 Glauciane Costa Santana no comitê de avaliação, uma vez que ambos já
725 participam de reuniões é seria prejudicial uma substituição. O Conselheiro
726 Joaquim Santana (OAB), ratificou as palavras da A Conselheira Fernanda Maria
727 Pessoa (MT), Clóvis Alberto Pereira (Oncb), propôs referendar as indicações já
728 feitas para o Comitê. Rubens Gil (Abraso), manifestou acerca da condução da
729 permanência dos representantes do Conade no comitê. O presidente do Conade
730 Moisés Bauer após inquirir, anunciou a permanência do Conselheiro Marco
731 Antonio Castilho e da Conselheira Glauciane Costa Santana no GT do Comitê.
732 Em seguida o presidente do Conade Moisés Bauer, abriu para o plenário o
733 interesse de alguém participar do GT Interministerial de Mulheres com
734 Deficiência, sendo indicadas as Conselheiras Anaildes Campos Sena e Lucimar
735 Barbosa da Costa, respectivamente, titular e suplente. A Conselheira Glauciane
736 Costa Santana (Fbasdown), solicitou aos conselheiros indicados para as
737 comissões externas do Conade que encaminhem, por meio da coordenação do
738 Conade, as deliberações lá discutidas para que fique constado em ata, o
739 presidente do Conade Moisés Bauer solicitou a apresentação, após a eleição, dos
740 coordenadores das comissões permanentes. CAN - Joaquim Santana Neto; CAC –
741 Francisco Jacinto Araújo e CCS - Glauciane Costa Santana; CPP - Maria do
742 Carmo Tourinho. A Conselheira Ariadnei Clarisse Klein Santorini (Ampid),
743 questionou se o ofício a ser enviado ao Denatran seria da responsabilidade da CAN
744 ou da Presidência, e colocou a CAN a disposição para fazer a redação. Passou-se
745 para o próximo ponto da pauta. Liliane Bernardes (SNPD). Iniciou sua
746 apresentação cumprimentando a todos e lembrou que já havido feito essa fala no
747 fim de 2016 e ressaltou a importância pra nivelar o conhecimento sobre o tema e
748 que o comitê que foi denominado Comitê Nacional do Cadastro Nacional de
749 Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência ou
750 CIAD. Esclareceu que estão chamando o Comitê de CIAD e que este surgiu em
751 decorrência da Lei Brasileira de Inclusão, que definiu a criação do cadastro de
752 inclusão e também de uma avaliação da deficiência pelo poder executivo
753 instituído pelo Decreto 8954 de 10 de janeiro de 2014. Expos aos conselheiros que
754 de acordo com o Decreto fica a cargo Secretaria Nacional do Direito da Pessoa
755 com Deficiência, coordenar o comitê com a finalidade de criar instrumentos para
756 avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência; estabelecer diretrizes e apoiar
757 procedimentos no cadastro nacional de inclusão. Continuando sua fala a servidora
758 Liliane Bernardes, falou da composição e citou os órgão que compõem o comitê a
759 Secretaria da Pessoa com Deficiência, Ministério da Fazenda, Ministério dos
760 Transportes e Aviação Civil, Ministério da Educação, da Cultura, do Trabalho, do
761 Desenvolvimento Social e Agrário, da Saúde, Planejamento do Desenvolvimento
762 de Gestão, Ministério das Cidades, IBGE, INSS e o CONADE. Mencionou suas
763 competências, de acordo com o artigo 4º, criar instrumentos para avaliação da
764 deficiência, estabelecer diretrizes, definir estratégias e adotar medidas para
765 subsidiar a validação técnica científica dos instrumentos de avaliação

766 biopsicossocial da deficiência com base no índice de funcionalidade brasileiro,
767 promover a multiprofissionalidade a interdisciplinariedade da avaliação
768 biopsicossocial da deficiência, articular implantação da avaliação biopsicossocial
769 da deficiência no âmbito da administração pública federal, ordenar e monitorar a
770 implementação dos instrumentos da avaliação em cada órgão da administração
771 pública federal, em razão das especificidades setoriais de cada órgão. Discorreu
772 sobre cadastro inclusão, especificamente o artigo 3º, estabelecendo que o cadastro
773 é para integrar o sistema de informação e base de dados de pessoas com
774 deficiência e reunir essas informações na base de dados de órgãos públicos, cujo
775 objetivo é monitorar, implantar e avaliar as políticas públicas para as pessoas com
776 deficiência, além disso realizar estudos e pesquisas que visam conhecimento
777 técnico – científico sobre pessoas com deficiência e também para promover a
778 transparência ativa em relação as pessoas com deficiência para divulgação e
779 implementação de informações em relação a esse público. Ressaltou que a
780 Secretaria esta fazendo um esforço bem grande para que os órgãos compareçam as
781 reuniões do comitê, inclusive os suplentes pois com a subdivisão nos dois
782 subcomitês do cadastro inclusão e da avaliação da deficiência os tópicos são
783 diferentes e distintos, mas inter-relacionados. A Sra. Liliane Bernardes, destacou
784 que em parceria com a UNB, fizeram a validação do instrumento da
785 aposentadoria para a pessoa com deficiência e que a IFBR, que é um instrumento
786 que vai ser utilizado nas outras politicas setoriais possam definir dentro das suas
787 politicas, aquilo que precisa ser incorporado a esse instrumento para que essa
788 politica seja contemplada na avaliação da deficiência. Esclareceu que
789 posteriormente essa primeira etapa e a próxima será a definição da estrutura de
790 avaliação, isto é, onde essa avaliação será feita, por quem, como ela será feita e
791 partir desse instrumento e terá ainda também uma etapa de capacitação dos
792 profissionais avaliadores. Em seguida, apresentou a terceira etapa que será uma
793 conjugação dos sistemas de avaliação da deficiência com o cadastro inclusão de
794 forma que um sistema possa alimentar o outro pra que tanto as informações do
795 cadastro possam auxiliar na avaliação da deficiência, quanto as informações da
796 própria avaliação possam ser sistematizadas dentro do cadastro inclusão, assim
797 pode-se operacionalizar essa avaliação unificada num nível federal. Na quarta
798 etapa, a Sra Liliane, explicou que vai demandar tempo para a conclusão, pois é um
799 trabalho bastante complexo que é ampliar o cadastro nos estados e municípios e
800 para isso precisa haver também uma outra operacionalização da avaliação nos
801 estados e municípios, indagou como que o estado e os municípios vão avaliar a
802 pessoa com deficiência a partir desse instrumento que foi criado no âmbito federal.
803 Dando continuidade a Sra Liliane Bernardes, informou que foi apresentada no
804 subcomitê da avaliação da deficiência a proposta construída na secretaria da
805 pessoa com deficiência, que trata da identificação das políticas que tem serviços,
806 direitos ou base de dados relacionados as pessoas com deficiência, tanto para a
807 avaliação quanto para o cadastro inclusão. Ressaltou, que o subcomitê da
808 avaliação da deficiência vai fazer o acompanhamento da validação do IFBR, que é
809 esse instrumento da avaliação da deficiência que está sendo desenvolvido por uma
810 equipe de pesquisadores da UNB e que está em andamento uma pactuação com os
811 órgãos, para aqueles que tem políticas setoriais sobre pessoas com deficiência ou

812 para as pessoas com deficiência elas possam também contratar pesquisadores ou
813 disponibilizar servidores ou os próprios pesquisadores, que possam colaborar na
814 validação do instrumento, do IFBR setorialmente.

815 A Sra Liliane Bernardes, encerrou sua apresentação informando que no cadastro
816 inclusão há um trabalho de pactuação com os órgãos para que sejam definidas as
817 variáveis comuns que vão alimentar o cadastro inclusão uma vez que as bases de
818 dados são muito distintas entre e si e finalizou a sua fala agradecendo a
819 oportunidade e se colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos.

820 O presidente do Conade Moisés Bauer, agradeceu a apresentação da Sra. Liliane
821 Bernardes e abriu a palavra ao plenário. A Conselheira Carmen Lucia Fogaça
822 (Onedef), fez questionamento se o cadastro de inclusão ira substituir cadastro
823 único no SUS e se numa possível evolução da deficiência em decorrência do meio,
824 espaço, tempo ou num processo de reabilitação ou habilitação o que o GT está
825 pensando . O Conselheiro Francisco Jacinto (Repres. dos Conselhos), ponderou
826 que já ocorreu uma discussão no Conade junto com o INSS e que este ultimo se
827 dizia com certa incapacidade de fazer a avaliação biopsicossocial, por falta dos
828 profissionais para compor essa equipe e por fim questionou se já há alguma
829 discussão no Comitê sobre esse tema. A Sra Liliane Bernardes, em resposta a
830 pergunta da Carmen Lucia Fogaça (Onedef), sobre o cadastro único informou que
831 a ideia não é substituir e sim integrar as bases de dados e respondeu ainda que
832 pelo fato de a deficiência variar ao longo do tempo, o subcomitê de avaliação já
833 esta bem consciente disso, já esta trabalhando com essa ideia de forma a poder
834 contemplar essas especificidades da deficiência por meio de reavaliações
835 periódicas. Em sequência, respondeu a pergunta do Conselheiro Francisco Jacinto,
836 informando que o Comitê ainda não entrou na questão da capacitação dos
837 profissionais, porque ainda falta definir o instrumento. Acrescentou também que
838 em relação à avaliação biopsicossocial, a ideia é que seja realmente variada,
839 diversificada de acordo com a LBI. Expos aos conselheiros que a etapa da
840 capacitação e da territorialização da avaliação da deficiência é bastante complexa é
841 necessária uma pactuação com os órgão federais, estados e os municípios. O
842 Conselheiro Marco Antonio Castilho – (Fenapestalozzi), elogiou o
843 questionamento do Conselheiro Francisco Jacinto e ponderou que em outras
844 políticas há uma certa imposição de adesão em boa parte dos municípios, quando
845 ela está relacionada a transferência de recursos, entretanto quando há não essa
846 vinculação, orientou, os conselhos estaduais e municipais a realizarem um
847 trabalho de conscientização tendo em vista que é prerrogativa dos gestores a
848 decisão da adesão. Continuando o Conselheiro Marco Antonio Castilho,
849 exemplificou o programa nacional nos casos de calamidade pública e o plano
850 viver sem limite que vários municípios não aderiram e ressaltou o trabalho dos
851 conselhos nesse processo de sensibilização dos gestores.

852 O Conselheiro Francisco Jacinto (Repres. dos Conselhos Estaduias), pediu a
853 palavra e colocou sua preocupação de que alguns municípios não possuem
854 profissionais e nem estrutura porventura com a adesão. A Sra Liliane Bernardes
855 (SNPD), comentou que a Secretaria da Pessoa com Deficiencia vem vislumbrando
856 a necessidade de recursos orçamentários específicos para a criação de um sistema
857 nacional de promoção dos direitos da pessoa com deficiência, sobretudo recursos

858 orçamentários para que essa avaliação unificada e o cadastro inclusão tenham
859 efetividade. O presidente do Conade Moisés Bauer, salientou que pretende tratar
860 sobre o sistema nacional de promoção dos direitos da pessoa com deficiência
861 quando for falar de proposições e vai precisar muito do CONADE como um todo.
862 Relembrou a fala da Conselheira Magda Fernandes (MJ), sobre a necessidade de
863 envolver os diversos órgãos do governo e as diversas representações da sociedade
864 civil para a construção de um novo modelo de política pública para a pessoa com
865 deficiência, para tanto e que deve-se começar na legislação, não no que diz
866 respeito aos direitos garantidos, mas criação de uma lei que institui o sistema
867 nacional de promoção dos direitos da pessoa com deficiência. O presidente Moisés,
868 falou sobre a complexidade do tema, sobretudo, sobre a garantia de recurso pela
869 área econômica do governo federal e que já possui um plano de ação em fase
870 adiantada, que devera ser apresentado na próxima reunião do Conade em abril. A
871 Conselheira Carmen Lúcia Fogaça (Ondef), fez algumas avaliações em
872 decorrência do pronunciamento do presidente do Conade e falou que não é
873 necessário criar uma novas políticas públicas para pessoas com deficiência e sim
874 fortalecer as que já existem que não são ruins, mas tem que ser melhoradas e
875 fortalecidas. Em seguida, criticou esse cadastro da pessoa com deficiência, em
876 função dos dados pessoas se tornarem públicos e ponderou por que não constar
877 somente a informação é ou não deficiente. Exemplificou que na cidade de São
878 Paulo já existe este procedimento. A Conselheira Fernanda Maria Pessoa (MT),
879 esclareceu que no cadastro inclusão criado pelo decreto, nenhuma pessoa com
880 deficiência vai ter que se cadastrar e que vai ocorrer é a junção das bases de dados
881 do governo com informações da pessoa com deficiência no intuito de apoiar as
882 políticas públicas e não identificar se a pessoa é ou não deficiente. A Conselheira
883 Glauciane Costa Santana (Fbasdown), informou que em relação à questão do
884 cadastro único a identificação foi uma demanda que a Federação de Síndrome de
885 Down trouxe para discussão no comitê, por entender que há pessoas que não tem
886 interesse desse cadastro pessoal para não serem rotuladas e informou ainda que a
887 Federação participou de reuniões com os ministros, da educação, da saúde, e a
888 pergunta que sempre é feita é “quantas pessoas tem com síndrome de down no
889 país” e não sabe responder. Comentou também sobre a avaliação biopsicossocial e
890 lembrou a todos que em uma reunião do Conade, a Associação Nacional dos
891 Médicos do INSS, foi incisivo em afirmar que o médico não tem a condição
892 sozinho de fazer a avaliação biopsicossocial, e que também avaliação
893 biopsicossocial precisa ser mais ampla porque o individuo não é apenas uma
894 doença, é principalmente um individuo com vida, com escolhas, curiosidades,
895 onde mora, onde trabalha o que faz ou deixa de fazer com suas escolhas. A
896 Conselheira Magda Fernanda Medeiros Fernandes (MJ), parabenizou a
897 apresentação da Sra. Liliane Bernardes (SNPD) e ao comitê, e ressaltou que a
898 proposta do Comitê é de uma forma geral, ousada e fez dois alertas a todos, o
899 primeiro, que é uma questão federativa em que governo federal acha que o
900 projeto dele é o melhor por que detêm recursos o que causa dificuldade de adesões
901 e propôs consultar no plano municipal e estadual o que poderia ser incorporado no
902 Comitê. O segundo alerta, é sobre o modelo de avaliação para se ter o cuidado de
903 não encaixar dentro de um modelo padrão já definido. O conselheiro Rubens Gil

904 Junior (Abraso), apoiou as palavras da conselheira Magda Fernanda Medeiro
905 Fernandes, porem questionou o modelo atual da avaliação e os parâmetros
906 utilizados para avaliar o grau de deficiência. Complementou dizendo que houve
907 casos de pessoas com deficiências severas sendo consideradas aptas.
908 Imediatamente o presidente do Conade, Moisés Bauer passou a palavra para s Sra
909 Liliane Bernardes (SNPD), para considerações finais e fez um esclarecimento
910 sobre a dificuldade de extrair dados de pessoas com deficiência em outras fontes,
911 como a pesquisa do IBGE, disse que a ideia é criar uma ferramenta que possa
912 convergir esses dados. Falou da importância da representação do CONADE no
913 comitê. Reforçou as palavras da conselheira Magda Fernanda Medeiros Fernandes
914 sobre a importância do envolvimento dos entes federados. Sobre o modelo padrão
915 de avaliação, salientou que a própria convenção coloca que a deficiência é
916 conceito em evolução e que segue este entendimento conforme a convenção e ao
917 construir um instrumento de avaliação da deficiência como determina a LBI e que
918 não seja um instrumento estagnado, a proposta e que sejam feitas validações
919 periódicas desse instrumento até para verificar se realmente científica e
920 tecnicamente se está avaliando aquilo que precisa ser avaliado. A Sra. Liliane
921 Bernardes reconhece a preocupação das entidades em relação de como essa
922 avaliação vai acontecer. Informou sobre a contratação de uma equipe de
923 pesquisadores que irá fazer uma validação técnico científica do instrumento.
924 Informou que a secretaria da pessoa com deficiência, tem buscado informações de
925 outros países, outros modelos para que possa fazer isso de forma tecnicamente
926 bem embasado e de forma competente, que não seja uma coisa feita de qualquer
927 forma só para cumprir o que a LBI definiu de forma que se possa avançar não
928 somente naquilo que defini a lei, mas numa política pública que seja uma política
929 de estado. Encerrado a reunião.

930

931

932

933

934

935 **Data: 16/02/2017- Tarde**

936

937

938 O presidente do Conade Moisés Bauer, abriu a sessão da tarde e solicitou ao
939 conselheiro Marco Antonio Castilho que fizesse a verificação de quórum e
940 informou que o item da reforma da previdência entraria na pauta. Conferido o
941 quórum, O presidente do Conade Moisés Bauer, informou que o Conselheiro
942 Wilson Gomiero (Afag), foi eleito o coordenador da Comissão de Orçamento e
943 Finanças – COF. Em seguida, iniciou o tema da reforma da previdência dando
944 alguns informes. Citou o primeiro informe, dizendo que não foi possível trazer
945 alguns convidados como o assessor especial da Casa Civil, Conselheiro José
946 Ângelo de Carvalho Couto Neto, Secretário Marcelo Caetano e o Deputado
947 Eduardo Barbosa. Dando seguimento, esclareceu que a Secretaria da Pessoa com
948 deficiência já vinha debatido objeto da reforma da previdência desde o período da
949 regulamentação da LBI e que embora a Secretaria juntos com outras pastas do

950 governo federal tenham debatido o tema, por opção do governo federal o assunto
951 foi tratado de forma bastante restrito lá dentro da Casa Civil com as Secretaria da
952 Previdência, sendo assim, não foi possível conhecer o teor da proposta da emenda
953 constitucional. O presidente do Conade, informou que recebeu de forma informal
954 o teor do documento um dia antes de ser apresentado ao congresso, por esta razão,
955 segundo o presidente Moisés Bauer, não teve a oportunidade de fazer esse debate
956 antes da proposta ser apresentada ao Congresso. E que após a apresentação no
957 congresso, recebeu da sociedade brasileira várias manifestações de
958 descontentamento. O presidente Moisés, salientou que procurou o Sr. Bruno
959 Bianco, Assessor Especial da Casa Civil para colocar as preocupações sobre a
960 reforma. E que discutiu o tema com o Secretário da Previdência, Marcelo Caetano,
961 sobretudo, a questão da idade mínima para aposentadoria, além do BPC e salário
962 mínimo. Ao finalizar sua explanação o presidente do Conade abriu a palavra ao
963 plenário. O conselheiro Francisco Jacinto (Cons. Estaduais), expos sua
964 preocupação referente ao indexador para o reajuste do benefício. Propôs a
965 elaboração de uma nota que pudesse encaminhar ao congresso. Informou que no
966 dia 10 ocorrera uma audiência pública em Fortaleza para debater o tema. A
967 Conselheira Glauciane Costa (Fbardown), ressaltou que acerca do assunto da
968 aposentadoria do servidor com deficiência teve conhecimento de alguns processos
969 que foram colocados nas estancias estaduais e estão parados esperando apenas
970 uma decisão superior e que já existem sumulas orientadoras. Informou que
971 sugeriu a deputada Rosinha da Adefal, que levasse a comissão o assunto do
972 servidor com deficiência em virtude de uma lei sancionado que fala sobre redução
973 de carga e não contempla a iniciativa privada. O Presidente do Conade Moisés
974 Bauer expos sua preocupação sobre trabalhadores celetista e está cauteloso em
975 relação a iniciativa privada para que não haja mais prejuízo ao pai ou mãe de
976 pessoa com deficiência em razão da exposição. A Conselheira Fernanda Maria
977 Pessoa (MT), informou que sempre que passa algum projeto de lei sobre inserção
978 no mercado de trabalho há uma preocupação no tocante a discriminação da pessoa
979 com deficiência, assim também como a mulher, pontuou que o Estado tem que
980 assumir o valor social dessas redução de carga horária.

981 Anaídes Campos Sena (CUT), salientou que todas as ponderações sobre a reforma
982 da previdência são validas, entretanto, ressaltou que a reforma pode ser votada no
983 congresso a qualquer momento com isso todo um segmento será prejudicado.
984 Propôs convidar a comissão especial da reforma ou alguém da comissão para
985 debater o assunto no âmbito do colegiado. Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB),
986 falou que a OAB tem se preocupado muito com a reforma da previdência
987 e que tem se reunido aqui em Brasília com várias entidades para fazer uma
988 discursão com uma associação Nacional de Juizes do Trabalho, além de
989 deputados e senadores no intuito de sensibiliza-los o quando é ruim para a
990 população a reforma do que jeito que está. Propôs a criação de uma comissão
991 dentro do Conade para que junto com a OAB, Associação dos Juizes e possam
992 participar efetivamente das discussões junto a comissão da Câmara Federal.
993 Conselheiro Clovis Alberto Pereira (ONCB,) ponderou que como sociólogo a
994 reforma ela gerará um prejuízo social muito grande, principalmente a população
995 de idosos desempregados. Exemplificou que na relação da pessoa com deficiência

996 o emprego começa muito antes, pois o pai ou a mãe que trabalha que tem um
997 filho com deficiência, e caso não possua um estrutura financeira, acaba deixando o
998 trabalho para cuidar do seu filho. Esclareceu que no mercado de trabalho a
999 inserção da pessoa com deficiência é tardia por causa da habilitação, reabilitação
1000 ou formação da pessoa com deficiência. Criticou a idade de contribuição para
1001 aposentadoria. O conselheiro Francisco Jacinto Araujo (Cons. Estaduais),
1002 ressaltou que no Estado do Ceará ocorreram várias manifestações relacionadas
1003 reforma da previdência, fizeram passeata, caminhada, participaram de reuniões na
1004 assembleia legislativa para mostrar o interesse pelo tema, mas entende que um
1005 documento do Conade teria mais força política. Por fim o conselheiro Francisco
1006 Jacinto, informou que o Forbras, pretender lançar o dia D em todos os estados
1007 destinado a reforma da previdência. O conselheiro Marco Antonio Castilho,
1008 aproveitou a discussão e informou que já existe um documento elaborado pelo
1009 Forbras e que está em análise dos conselhos estaduais. O conselheiro Francisco
1010 Jacinto (Cons. Estaduais), retomou a palavra e propôs que o Conade enviasse
1011 ofícios aos conselhos estaduais sugerindo também que realizassem o dia D. A
1012 Conselheira Maria do Carmo Tourinho(ABRA), disse quando se fala em
1013 aposentadoria tem que se pensar na pensão dos filhos, em caso da morte de pais
1014 dos filhos das pessoas com deficiência. Disse ainda que além de se preocupar com
1015 o BPC, deve-se preocupar com a idade da aposentaria e no documento a ser
1016 elaborado deve constar a preocupação da pessoa com deficiência intelectual. A
1017 Conselheira Glauciane Costa Santana (Fbasdown), destacou que no caso da
1018 pessoa com deficiência intelectual em que os pais trabalham, dependendo do grau
1019 que ela se encontra, os pais terão gastos maiores. Lembro, que em um estudo do
1020 Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor IDEC em São Paulo, em 2013 que
1021 mostrou que os gastos da família da pessoa com deficiência, sobretudo, intelectual,
1022 são 6 vezes maior do que com uma pessoa sem deficiência .A Conselheira Maria
1023 do Carmo Tourinho(ABRA). concordou com as observações e demonstrou
1024 preocupações caso a PEC seja aprovada e concordou com a criação de uma
1025 comissão dentro do Conade para acompanhar a reforma. Anaildes Campos Sena
1026 (CUT), disse se sentir temerosa com a reforma da previdência, segundo a
1027 conselheira a previdência não está deficitária, no entanto com o aparecimento de
1028 mais pessoas com deficiência pode-se de fato ocorrer um problema.
1029

1030 Conselheiro Francisco Djalma de Oliveira (Apabb), falou que a desvinculação do
1031 salário mínimo afeta mais diretamente as pessoas com deficiência e este tema é do
1032 âmbito da assistência social e não da previdência e o melhor caminho é articular
1033 junto os parlamentares para retirar este tema da PEC e da reforma da previdência.
1034 O Conselheiro Francisco Djalma de Oliveira, diz também ser favorável a
1035 elaboração de uma Nota do Conade. Lembrou a todos que o Conade emitiu uma
1036 Nota contra a PEC do Teto de Gasto, muito bem fundamentada e propositiva. Por
1037 fim o Conselheiro, sugeriu que por ocasião do dia internacional da síndrome de
1038 down, no dia 21 de março foi feito um ato congresso contra a reforma da
1039 previdência. Clóvis Alberto Pereira (ONCB), reiterou a pergunta sobre questão
1040 idade e contribuição feita ao presidente do Conade. O presidente do Conade
1041 Moisés Bauer apresentou os encaminhamento tirados do plenário que é criação de

1042 um grupo ou uma comissão pra fazer essa interlocução com o congresso e a outra
1043 uma nota, um posicionamento do conselho. Conselheiro Francisco Djalma de
1044 Oliveira (Apabb), citou outro encaminhamento, tirar um dia D ou um dia A, para
1045 manifestações. O presidente do Conade Moisés Bauer, mediante as três propostas,
1046 refletiu que os membros de governo tem bastante dificuldade para se posicionar
1047 contra o próprio governo, especificamente o Conade e em especial as
1048 representações dos ministérios. Falou que as organizações da sociedade civil que
1049 compõe o CONADE são livres, autônomas para ato, sobre a proposta da criação
1050 da Comissão, o presidente Moisés, disse que é bastante viável e sobre a proposta
1051 do dia D deve partir das entidades para não vincular o ato com o Conade. O
1052 conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi), citou que em relação ao
1053 manifesto do CONADE, entende o posicionamento do governo em não assinar a
1054 nota, mas que colocar a Fenapestalozzi para assinar o manifesto em nome da
1055 sociedade civil. Ressaltou que o Conade não pode determinar o que os conselhos
1056 possam fazer, porem o Conade pode sugerir, recomendar. Expos também que o
1057 Forbrace, já vem tratando a pauta sobre a Reforma, mas que não invalida o
1058 Conade recomendar aos Conselhos estaduais de se manifestarem sobre o tema. O
1059 conselheiro Francisco Jacinto (Cons. Estaduais), ressaltou que independente da
1060 posição do governo, o Conade tem que deliberar a matéria.

1061 A Conselheira Avelina Alves Lima Neto (MPS), ratificou as palavras do
1062 Presidente Moisés, em não assinar a nota, uma vez que a mesma representar a
1063 Secretaria da Previdência que é exatamente o órgão preponente da PEC 287 e
1064 frisou que se a matéria for pautada, votará contra. Conselheira Carmen Lúcia
1065 Fogaça (Onedef), pediu ao presidente do Conade, Moisés Bauer contatar o
1066 presidente do CNAS, para que todo o pleno tomasse conhecimento da Nota sobre
1067 a reforma da previdência emitida pelo CNAS de forma que conste uma assinatura
1068 conjunta, isto é, CNAS e Conade. A Conselheiro Glauciane Costa Santana (Fbasdown), se dispôs em nome da Federação participar da Comissão, caso seja,
1069 aprovada. Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB), falou aos presentes corroborar
1070 as palavras do Conselheiro Antônio Muniz, lembrou a todos que uma vez se o
1071 Conade aprovar uma posição esta tem que ser cumprida, e no caso de omissão,
1072 pode ser muito prejudicial aos direitos da pessoa com deficiência, ressaltou que a
1073 palavra final é do plenário, e que os conselheiros governamentais não se sentirem
1074 confortáveis para votar, abstenham-se de votar ou não vote.

1075
1076
1077

1078 Anaildes Campos Sena (Cut), salientou que o Conade é um espaço democrático e
1079 as divergências devem ser resolvidas também neste espaço por meio de votação.
1080 Conselheiro Adinilson Marins (FENAPAES), propôs convidar alguém para expor
1081 a proposta de reforma para próxima reunião do Conade. Conselheira Fernanda
1082 Maria Pessoa (MTB), ressaltou que embora faça parte do Conade e muito
1083 complicado sendo representante do governo votar contra o governo. O presidente
1084 do Conade Moisés Bauer propôs que umas das comissões do Conade elabore
1085 uma nota de posicionamento, e de acordo com o teor dessa nota de posicionamento
1086 os representantes de governo vão avaliar se estão a vontade para votar aprovando,
1087 ou se abster ou ser contrario. A Conselheira Anaildes Campos Sena (CUT), alertou

1088 o presidente do Conade que a previdência pode ser votada a qualquer momento e
1089 não concorda que a apreciação da Nota seja na próxima reunião do Conade.

1090 O presidente do Conade Moisés Bauer, ressaltou que a reforma da previdência
1091 não será aprovada antes de abril e que não tem uma tramitação rápida. A
1092 Conselheira Lucimar Batista da Costa(Morhan), sugeriu que todos tomem
1093 conhecimento do teor da nota do CNAS, para depois aprovar. O Conselheiro
1094 Francisco Jacinto (Cons Estaduais), salientou que o plenário tem que se ater
1095 também as questões da pensão e da aposentadoria especial. Conselheiro Fernando
1096 Cesar Thiago Mello (CNC), demonstrou preocupação por aprovar um texto sem
1097 conhecimento do conteúdo. Conselheira Glauciane Costa Santana (Fbasdown),
1098 concorda em subscrever a nota da CNAS. O Conselheiro Antonio Muniz (Cons.
1099 Municipais), sugeriu que a Comissão de Atos Normativos – CAN, redija a minuta
1100 da Nota e que fosse encaminhada para os e-mails dos Conselheiros para ser
1101 aprovada na próxima reunião do Conade. Conselheiro Joaquim Santana Neto
1102 (Oab), ressaltou que não haveria prejuízo de subscrever a nota do CNAS e a CAN
1103 redigir a nota e propôs a realização de um reunião extraordinária no mês de março
1104 convidando deputados e senadores para discutir a reforma. O presidente do
1105 Conade Moisés Bauer, concordou com a proposta de se fazer uma reunião
1106 extraordinária no mês de março, mas que seria muito difícil a realização em
1107 função orçamentária e do momento de transição pelo qual passa o MJ e o MDH.
1108 Conselheiro José Ângelo de Carvalho Couto Neto(Casa Civil), indagou-se na
1109 recomendação do Conade estaria a declaração dos votos. O Presidente do Conade
1110 Moisés Bauer, acho interessante a proposta de declaração dos votos na
1111 recomendação. Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (Apabb), ressaltou que a
1112 proposta é possível, mas enfraquece o conselho uma vez que constará o
1113 posicionamento de determinados conselheiros e se registre seu voto em ata. Por
1114 fim o conselheiro Roberto Tine, enumerou três propostas de encaminhamento e
1115 que se faça três votações, 1ª: votação a subscrição da Nota do CNAS, 2ª: votação
1116 declaração de votos no documento e a 3ª: que na próxima reunião saí a nota
1117 própria do Conade.

1118 Em seguida o presidente do Conade Moisés Bauer, iniciou a votação sendo
1119 aprovada a proposta de subscrever a nota do CNAS; segunda proposta de
1120 declaração de voto na recomendação foi aprovada sem a declaração de voto no
1121 documento. Subscrever ou não a nota do CNAS o presidente do Conade Moisés
1122 Bauer se absteve do processo de votação.

1123

1124

1125

1126

1127

1128 Conselheiro José Ângelo de Carvalho Couto Neto da (Casa Civil), solicitou que
1129 constasse em ata sua abstenção, a Conselheira Avelina Alves Lima Neto (MPS),
1130 foi contraria a votação, seguida pela conselheira Magda Fernanda Medeiros
1131 Fernandes (MJ), pelo o conselheiro Jose Rafael Miranda (MEC), Wallace Dias

1132 Freitas (MDSA) e O Conselheiro Fernando Cesar Thiago de Mello (CNC) se
1133 absteve. O presidente do Conade Moisés Bauer, após a aprovação da 3ª proposta,
1134 demandou a CAN a elaboração da Nota a ser apreciada na reunião de abril.
1135 Considerando o avanço do tempo, o presidente do Conade Moisés Bauer, solicitou
1136 aos coordenadores das comissões permanentes o encaminhamento de 05 ações
1137 prioritárias até o dia 03 de março por e-mail. Em seguida, iniciou os informes. O
1138 Conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi), solicitou a coordenação do
1139 Conade o envio do regimento interno ou legislação pertinente para todos os
1140 conselheiros. O Conselheiro Osvaldo Valinote (Confea), informou que a
1141 comissão temática de acessibilidade do CONFEA, elaborou um manual de
1142 acessibilidade para auxílio dos profissionais da área de engenharia e jurídica e que
1143 esta a disposição no site do CONFEA. www.confea.org.br, e se comprometeu a
1144 trazer um exemplar para cada um dos conselheiro na próxima reunião. Conselheira
1145 Maria do Carmo (abra), informou que no dia 02 de abril é o dia internacional de
1146 conscientização da pessoa com autismo e pediu todos vestisse a camisa azul ou
1147 algo azul e solicitou ao Conade para fazer alguma manifestação neste dia.
1148 Conselheira Lucimar Batista (Morhan), informou o falecimento do Sr. Cristiano
1149 Torres , militante do Morhan fundador do movimento. Presidente do Conade
1150 Moisés Bauer, justificou a ausência do convidado Deputado Eduardo Barbosa e
1151 que o mesmo apresentou uma proposta de emenda constitucional na comissão
1152 especial e o teor dessa emenda será enviada a todos conselheiros por e-mail. O
1153 conselheiro Suplente Fernando da Silva, representante do Conselho municipal
1154 Franca/SP, ressaltou a dificuldade de participar da reunião do Conade e solicitou
1155 um envio de um expediente para que o município de Franca custei sua passagem
1156 para as próximas reuniões do Conade. O presidente do Conade Moisés Bauer
1157 agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião.
1158